

Interesse Público

Ano XXV - 2023 - Nº 140

Editorial.....	13
DOCTRINA	
Seção de Direito Administrativo, Constitucional e Previdenciário	
Direito à privacidade <i>versus</i> compartilhamento de dados para a produção estatística na pandemia de covid-19 Felipe Amorim Castellan, Elda Coelho Azevedo Bussinger, Adriano Sant'Ana Pedra	17
Consensualidade administrativa e princípio da proteção da confiança: novos paradigmas para o termo de ajustamento de conduta Márcia Walquiria Batista dos Santos, Deborah Alessandra de Oliveira Damas	39
O erro no Direito Administrativo: uma visão panorâmica Clóvis Reimão	71
Da impropriedade do(s) termo(s) “condição análoga à de escravo” e “trabalho escravo” Gleidson Renato Martins Dias	99
Análise crítica da liberdade de expressão no Direito Comparado (Brasil, EUA e Alemanha): os 20 anos do Caso Elwanger (HC nº 82.424) Roberta Fragoso Kaufmann	127
Dignidade do poder legislativo <i>versus</i> protagonismo judicial: um estudo de caso de resguardo ao direito fundamental à saúde Roberto Correia da Silva Gomes Caldas, Marcio Pugliesi, Fabio Henrique Scaff	155
DIREITO TRIBUTÁRIO	
Ensaio sobre lógica como instrumento de análise das normas tributárias Milena Martinelli, Pedro Felipe de Oliveira Rocha	183
DIREITO MUNICIPAL, URBANÍSTICO E DAS CIDADES	
O uso do FPM – Fundo de Participação dos Municípios como garantia de empréstimos bancários Fernando Facury Scaff	211
DIREITO DA REGULAÇÃO	
Política de fixação dos preços dos combustíveis: considerações sobre o setor petrolífero Emerson Ademir Borges de Oliveira, Kassiana Rene Gomes	237

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na íntegra

Supremo Tribunal Federal

Recurso Extraordinário – Repercussão geral – Constitucional e Administrativo – Empregado de sociedade de economia mista – Emenda Constitucional nº 55/2017 do Estado do Amapá – Transposição ou aproveitamento no quadro de pessoal da Administração Pública Estadual mediante termo de opção – Inconstitucionalidade – Ausência de concurso público. Recurso Extraordinário nº 1.232.885/AP261

Supremo Tribunal Federal

ADI's nº 3.308, 3.363, 3.998, 4.802 e 4.803 – Legitimidade ativa da AJUFE e ANAMATRA – Submissão dos magistrados ao regime de previdência social comum aos servidores públicos – Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003 – Inexistência de ofensa ao princípio da separação de poderes – Garantia de vitaliciedade está adstrita à taxatividade das hipóteses de aposentadoria compulsória – Improcedência das ações de controle de constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.802/DF283

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Empréstimo contraído com entidade fechada de previdência complementar – Consignação em folha de pagamento – Limite no desconto das prestações – Incidência da Lei nº 10.820/2003. Recurso Especial nº 2.033.245/RJ307

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Cessão de crédito inscrito em precatório – Possibilidade – Artigo 100, §§13 e 14, da Constituição Federal de 1988 – Princípio da intangibilidade das prestações previdenciárias – Artigo 114 da Lei Federal nº 8.213/1991 – Impossibilidade de transferência do benefício per se *que* – Ausência de óbice para a cessão de crédito oriundo de ação previdenciária inscrito em precatório – Viabilidade de controle judicial *ex officio* do negócio jurídico de transmissão creditícia – Artigo 168, parágrafo único, do Código Civil. Recurso Especial nº 1.896.515/RS317

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Ação indenizatória – Responsabilidade civil de Tabeliães e Registradores – Compra e venda de imóvel ultimada com base em procuração pública contendo assinatura falsa – RE nº 842.846/SC – Eficácia vinculante não verificada no caso concreto – Pretensão indenizatória submetida a prazo prescricional – Prescrição trienal – Termo inicial – Sentença que anulou o ato notarial – Responsabilidade objetiva – Fato ocorrido antes da Lei nº 13.286/2016, que modificou o artigo 22 da Lei nº 8.935/1994. Recurso Especial nº 1.849.994/DF331

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Tributário – Embargos à Execução Fiscal – IPTU – Taxa de Limpeza Pública (TLP) – Município de Salvador – Contrato de concessão de uso – Bem público – Cessão de imóvel para particular para exploração de atividade econômica – Imunidade recíproca inexistente – Bitributação – Regularidade da CDA. Apelação Cível nº 0017649-79.2015.4.01.3300341

EMENTÁRIO347

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES367